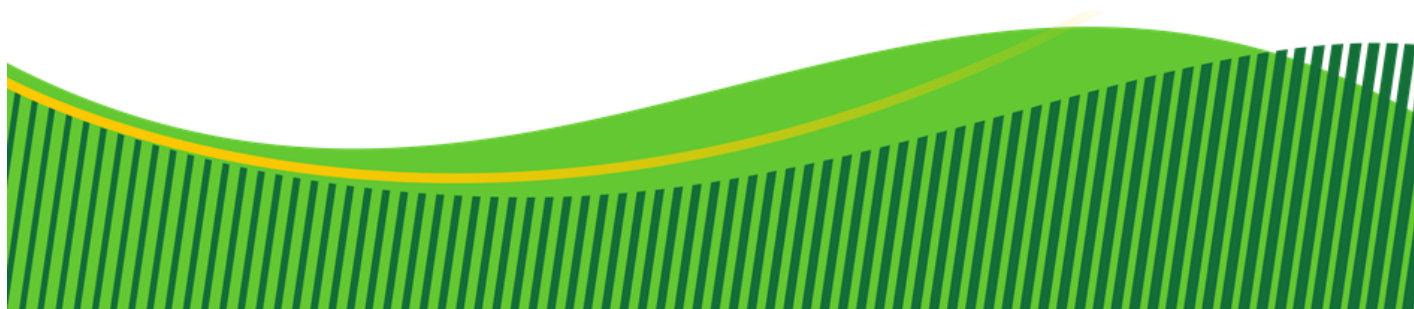


Relatório Anual 2017

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Terra dos Pinheirais do Paraná e Noroeste Paulista - Sicredi Planalto das Águas PR/SP

Diretoria Executiva de Administração
Superintendência de Controladoria
Gerência Contábil



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Terra dos Pinheirais do Paraná e Noroeste Paulista - Sicredi Planalto das Águas PR/SP
Guarapuava - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Terra dos Pinheirais do Paraná e Noroeste Paulista - Sicredi Planalto das Águas PR/SP ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Terra dos Pinheirais do Paraná e Noroeste Paulista - Sicredi Planalto das Águas PR/SP em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 1 de março de 2018

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6



Dario Ramos da Cunha
Contador CRC – 1SP214144/O-1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Terra dos Pinheirais do Paraná e Noroeste Paulista - Sicredi Planalto das Águas PR/SP, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Plano de Negócios

A Cooperativa elaborou o plano de negócio e estudo de viabilidade econômica com vistas à ampliação da área de atuação, em conformidade com o disposto no artigo 12 da Res. CMN nº 4.434.

Informamos que as premissas constantes no plano de negócios e estudo de viabilidade econômica encaminhados ao Banco Central não foram alcançadas na totalidade, conforme demonstrado na planilha abaixo:

Dados	Estimado	Realizado
Associados	20.002	17.928
Carteira de Crédito *	207.265	199.817
Depósitos	171.091	151.019
Patrimônio Líquido	97.699	77.704
Capital	38.195	34.716
Resultado Antes das Destinações	11.122	11.319
Rentabilidade do PL	11,38%	14,57%

valores em milhares de Reais

* Saldo reduzido das provisões para operações de crédito.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Terra dos Pinheirais do Paraná e Noroeste Paulista - Sicredi Planalto das Águas PR/SP
CNPJ/MF nº 77.984.870/0001-77

ATIVO		31/12/2017	31/12/2016	PASSIVO		31/12/2017	31/12/2016
CIRCULANTE		319.631	269.508	CIRCULANTE		170.003	141.391
DISPONIBILIDADES	(NOTA 04)	5.531	4.149	DEPÓSITOS	(NOTA 11)	41.849	40.817
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		123.294	114.755	Depósitos à Vista		28.605	23.103
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		50	7	Depósitos a Prazo		13.244	17.714
Correspondentes no país		-	4	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		104.218	80.529
Centralização Financeira - Cooperativas	(NOTA 04)	123.244	114.744	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		1	13
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 06)	177.428	140.252	Repasse Interfinanceiros	(NOTA 12)	104.217	80.516
Operações de Crédito		184.091	148.211	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS		468	246
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(6.663)	(7.959)	Recursos em Trânsito de Terceiros		468	246
OUTROS CRÉDITOS		12.473	9.774	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO	(NOTA 13)	3.310	3.022
Créditos por Avais e Fianças Honrados		255	261	Empréstimos País - Outras Instituições		3.310	3.022
Rendas a Receber		600	576	OUTRAS OBRIGAÇÕES		20.158	16.777
Diversos	(NOTA 07)	11.844	9.086	Cobrança e Arrecadação de Tributos		58	22
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		(226)	(149)	Sociais e Estatutárias		1.956	1.719
OUTROS VALORES E BENS	(NOTA 08)	905	578	Fiscais e Previdenciárias		486	444
Outros Valores e Bens		817	499	Diversas	(NOTA 14)	17.658	14.592
(Provisão para desvalorização)		-	(8)				
Despesas Antecipadas		88	87				
NÃO CIRCULANTE		38.965	32.014	NÃO CIRCULANTE		110.889	93.202
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		38.965	32.014	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		110.889	93.202
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	(NOTA 05)	997	354	DEPÓSITOS	(NOTA 11)	109.170	91.381
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		997	354	Depósitos a Prazo		109.170	91.381
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 06)	22.389	16.463	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		115	217
Operações de Crédito		25.077	19.582	Repasse Interfinanceiros	(NOTA 12)	115	217
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(2.688)	(3.119)	OUTRAS OBRIGAÇÕES		1.604	1.604
OUTROS CRÉDITOS	(NOTA 07)	10	104	Diversas	(NOTA 14)	1.604	1.604
Diversos		10	106				
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		-	(2)				
OUTROS VALORES E BENS	(NOTA 08)	108	164				
Despesas Antecipadas		108	164				
INVESTIMENTOS	(NOTA 09)	8.440	7.941	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		77.704	66.929
Outros Investimentos		8.440	7.941	CAPITAL SOCIAL	(NOTA 16)	34.716	30.983
IMOBILIZADO DE USO	(NOTA 10)	4.960	5.040	De Domiciliados no País		40.590	34.832
Outras Imobilizações de Uso		7.710	7.130	(Capital a Realizar)		(5.874)	(3.849)
(Depreciação acumulada)		(2.750)	(2.090)	RESERVAS DE SOBRAS		40.656	34.127
INTANGÍVEL	(NOTA 10)	2.061	1.948	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		2.332	1.819
Outros Ativos Intangíveis		3.924	3.326				
(Amortização acumulada)		(1.863)	(1.378)				
TOTAL DO ATIVO		358.596	301.522	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		358.596	301.522

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Terra dos Pinheirais do Paraná e Noroeste Paulista - Sicredi Planalto das Águas PR/SP
CNPJ/MF nº 77.984.870/0001-77

Descrição das contas	01/07/2017 a 31/12/2017			01/01/2017 a 31/12/2017			01/01/2016 a 31/12/2016		
	Ato Cooperativo	(Não auditado) Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	(Reapresentado) Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	23.006	-	23.006	43.705	-	43.705	37.815	-	37.815
Operações de Crédito	22.982	-	22.982	43.657	-	43.657	37.579	-	37.579
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	24	-	24	44	-	44	222	-	222
Resultado das Aplicações Compulsórias	-	-	-	4	-	4	14	-	14
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(10.382)	(350)	(10.732)	(22.784)	(621)	(23.405)	(23.770)	(382)	(24.152)
Operações de Captação no Mercado	(4.009)	(11)	(4.020)	(9.241)	(18)	(9.259)	(10.388)	(13)	(10.401)
Operações de Empréstimos e Repasses	(3.349)	(339)	(3.688)	(6.630)	(603)	(7.233)	(5.185)	(369)	(5.554)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.024)	-	(3.024)	(6.913)	-	(6.913)	(8.197)	-	(8.197)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	12.624	(350)	12.274	20.921	(621)	20.300	14.045	(382)	13.663
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(6.677)	1.371	(5.306)	(11.412)	2.418	(8.994)	(5.919)	2.175	(3.744)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	1.883	2.935	4.818	3.519	5.431	8.950	2.909	4.013	6.922
Rendas de Tarifas Bancárias	1.911	-	1.911	3.371	-	3.371	2.882	-	2.882
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(6.849)	(702)	(7.551)	(13.367)	(1.229)	(14.596)	(11.606)	(806)	(12.412)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	(5.830)	(772)	(6.602)	(11.520)	(1.381)	(12.901)	(9.843)	(948)	(10.791)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(12)	(146)	(158)	(38)	(271)	(309)	(29)	(199)	(228)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 20)	6.132	334	6.466	13.740	342	14.082	17.850	443	18.293
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 21)	(3.912)	(278)	(4.190)	(7.117)	(474)	(7.591)	(8.082)	(328)	(8.410)
RESULTADO OPERACIONAL	5.947	1.021	6.968	9.509	1.797	11.306	8.126	1.793	9.919
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	10	(1)	9	14	(1)	13	73	(5)	68
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	5.957	1.020	6.977	9.523	1.796	11.319	8.199	1.788	9.987
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	319	319	-	-	-	-	(30)	(30)
Provisão para Imposto de Renda	-	185	185	-	-	-	-	(14)	(14)
Provisão para Contribuição Social	-	134	134	-	-	-	-	(16)	(16)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	5.957	1.339	7.296	9.523	1.796	11.319	8.199	1.758	9.957
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	1.796	(1.796)	-	1.758	(1.758)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	5.957	1.339	7.296	11.319	-	11.319	9.957	-	9.957
DESTINAÇÕES	-	-	-	(8.987)	-	(8.987)	(8.138)	-	(8.138)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(1.992)	-	(1.992)	(1.448)	-	(1.448)
Fates - Estatutário	-	-	-	(466)	-	(466)	(364)	-	(364)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(6.529)	-	(6.529)	(5.093)	-	(5.093)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	-	-	-	(1.233)	-	(1.233)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	2.332	-	2.332	1.819	-	1.819

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Terra dos Pinheirais do Paraná e Noroeste Paulista - Sicredi Planalto das Águas PR/SP

CNPJ/MF nº 77.984.870/0001-77

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2016	26.853	27.801	1.918	56.572
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	1.902	-	(1.902)	-
Outras destinações	-	-	(16)	(16)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	3.735	-	-	3.735
Baixas de capital	(2.486)	-	-	(2.486)
Resultado do período	-	-	9.957	9.957
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(364)	(364)
Reserva Legal - Estatutária	-	5.093	(5.093)	-
Juros sobre o Capital Próprio	979	-	(1.448)	(469)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.233	(1.233)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2016	30.983	34.127	1.819	66.929
Mutações do Período	4.130	6.326	(99)	10.357
Saldos no início do período em 01/01/2017	30.983	34.127	1.819	66.929
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	1.794	-	(1.794)	-
Outras destinações	-	-	(25)	(25)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	4.573	-	-	4.573
Baixas de capital	(3.975)	-	-	(3.975)
Resultado do período	-	-	11.319	11.319
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(466)	(466)
Reserva Legal - Estatutária	-	6.529	(6.529)	-
Juros sobre o Capital Próprio	1.341	-	(1.992)	(651)
Saldos no fim do período em 31/12/2017	34.716	40.656	2.332	77.704
Mutações do Período	3.733	6.529	513	10.775
Saldos no início do período em 01/07/2017 (Não auditado)	33.477	34.127	4.023	71.627
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	2.876	-	-	2.876
Baixas de capital	(2.978)	-	-	(2.978)
Resultado do período	-	-	7.296	7.296
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(466)	(466)
Reserva Legal - Estatutária	-	6.529	(6.529)	-
Juros sobre o Capital Próprio	1.341	-	(1.992)	(651)
Saldos no fim do período em 31/12/2017	34.716	40.656	2.332	77.704
Mutações do Período	1.239	6.529	(1.691)	6.077

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Terra dos Pinheirais do Paraná e Noroeste Paulista - Sicredi
Planalto das Águas PR/SP
CNPJ/MF nº 77.984.870/0001-77

	01/01/2017 a 31/12/2017 (Não auditado)	01/01/2017 a 31/12/2017	01/01/2016 a 31/12/2016
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	4.877	10.704	11.333
Resultado do semestre/exercício	7.296	11.319	9.957
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	(2.419)	(615)	1.376
(Reversão) Provisão para operações de crédito	(2.149)	(1.728)	803
(Reversão) para desvalorização de outros valores e bens	-	(8)	(6)
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	(423)	76	(30)
Depreciação do imobilizado de uso	419	804	547
Amortização do intangível	239	485	291
Baixas do ativo permanente	-	39	36
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	30	84	(19)
Destinações ao FATES	(466)	(466)	(364)
Dividendos SicrediPar	(69)	99	118
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	3.483	1.116	17.312
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(624)	(644)	1.474
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	2.904	(43)	1.075
Redução em relações com correspondentes	12	4	55
(Aumento) em operações de crédito	(67.833)	(41.374)	(20.369)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	54.018	23.587	13.849
(Aumento) em outros créditos	(1.630)	(2.780)	(2.086)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	(121)	(263)	777
Aumento em depósitos	10.731	18.822	20.941
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	(47)	222	(113)
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	138	288	(686)
Absorção de dispêndios pelo FATES	-	(364)	(719)
Aumento em outras obrigações	5.935	3.661	3.114
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	8.360	11.820	28.645
Aquisição de Investimentos	-	(499)	-
Aquisição de Imobilizado de Uso	(354)	(763)	(2.520)
Aplicações no Intangível	(351)	(598)	(568)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(705)	(1.860)	(3.088)
Integralização de capital	2.876	4.573	3.735
Baixa de capital	(2.978)	(3.975)	(2.486)
Juros ao capital próprio	(651)	(651)	(469)
Distribuição de Sobras	-	(25)	(16)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(753)	(78)	764
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	6.902	9.882	26.321
Caixa e equivalente de caixa no início do período	121.873	118.893	92.572
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	128.775	128.775	118.893

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Terra dos Pinheirais do Paraná e Noroeste Paulista - Sicredi Planalto das Águas PR/SP ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 10/08/1983 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2017, está organizado por 116 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.575 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

Na Demonstração de Sobras ou Perdas, os valores referentes aos descontos concedidos de crédito, antes apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Administrativas, foram transferidos de conta contábil, a qual passa a ser apresentada em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais devido a adequação da conta Cosif utilizada; os valores referentes as provisões e reversões das Coobrigações antes alocados em Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa passam a ser apresentados em Outros Ingressos e Receitas Operacionais, atendendo a carta circular nº 3.782 emitida pelo Banco Central. Também os valores referentes ao Rateio da Confederação antes apresentados integralmente em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais, foram segregados e parte dos valores passam a ser apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Administrativas, para melhor apresentação da alocação dos gastos.

Os valores reapresentados estão demonstrados no quadro abaixo:

	2016 Original	Valor do ajuste	2016 Reapresentado
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS			
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(24.135)	(17)	(24.152)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(8.180)	(17)	(8.197)
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(3.761)	17	(3.744)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	(10.917)	126	(10.791)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	18.276	17	18.293
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	(8.284)	(126)	(8.410)

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 15 de fevereiro de 2018.

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização (“accrual”) das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

h) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

j) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

k) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

l) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

n) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

o) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

p) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2017	2016
Disponibilidades	5.531	4.149
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	123.244	114.744
Total	128.775	118.893

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2017 equivale a 101 % do CDI.

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2017	2016
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	997	354
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	997	354
Total realizável a longo prazo	997	354

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2017			2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	75.524	21.233	96.757	76.811
Financiamentos	4.054	3.729	7.783	9.208
Financiamentos rurais e agroindustriais	104.513	115	104.628	81.774
Carteira total	184.091	25.077	209.168	167.793

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2017			2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	255	-	255	261
Devedores por compra de valores e bens	58	9	67	521
Títulos e créditos a receber (i)	9.743	1	9.744	6.677
Total	10.056	10	10.066	7.459

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito	
		2017	2016	2017	2016
Nível A	0,50	91.890	114.330	459	572
Nível B	1,00	90.135	29.504	909	295
Nível C	3,00	18.830	9.772	565	293
Nível D	10,00	7.930	7.578	793	758
Nível E	30,00	3.287	3.813	986	1.144
Nível F	50,00	1.572	2.614	786	1.307
Nível G	70,00	1.705	2.603	1.194	1.822
Nível H	100,00	3.885	5.038	3.885	5.038
Total (i)		219.234	175.252	9.577	11.229

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	2017				2016	
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	2.630	20.267	27.558	12.740	63.195	51.035
Rural	342	21.033	83.138	115	104.628	81.774
Industrial	28	2.428	3.846	2.871	9.173	6.335
Comércio	719	8.480	11.218	5.152	25.569	20.195
Outros Serviços	368	5.418	6.674	4.209	16.669	15.913
Total	4.087	57.626	132.434	25.087	219.234	175.252

d) Concentração das operações de crédito

	2017	%	2016	%
10 maiores devedores	29.926	13,65	23.927	13,65
50 devedores seguintes	56.563	25,80	43.848	25,02
100 devedores seguintes	42.042	19,18	33.978	19,39
Demais	90.703	41,37	73.499	41,94
Total	219.234	100	175.252	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2017	2016 (Reapresentado)
Saldo inicial	11.229	10.456
Constituição de provisão	6.913	8.197
Movimentação de baixados para prejuízo	(8.565)	(7.424)
Saldo final	9.577	11.229

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 3.165 (2016 - R\$ 2.134), foram registradas como “Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira”.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 12.407 (2016 - R\$ 3.561).

NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2017	2016
Adiantamentos e antecipações salariais	115	97
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	937	991
Devedores por compra de valores e bens	58	415
Devedores por depósitos em garantia	123	50
Impostos e contribuições a compensar	264	164
Títulos e créditos a receber	9.743	6.677
Valores honrados	3	50
Operações com cartões	20	25
Pendências a regularizar	131	5
Outros	450	612
Total Circulante	11.844	9.086

Devedores por compra de valores e bens	9	106
Títulos e créditos a receber	1	-
Total realizável a longo prazo	10	106

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS

	2017	2016
Bens não de uso próprio	817	499
Imóveis	537	387
Veículos e afins	40	72
Máquinas e equipamentos	240	-
Bens em regime especial	-	40
Despesas antecipadas	88	87
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	-	(8)
Total Circulante	905	578

Despesas antecipadas	108	164
Total realizável a longo prazo	108	164

NOTA 09 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2017	2016
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	4.738	4.239
Sicredi Participações S.A.	3.701	3.701
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	8.440	7.941

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Número de ações/quotas possuídas	1.197.066 ON	1.197.066 ON	1	1	4.738.122	4.238.964
	2.503.907 PN	2.503.907 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,42%	0,43%	0,61%	0,63%	2,47%	2,67%
Capital social	874.847	869.279	164	165	191.882	159.866
Patrimônio líquido	893.040	911.739	240.569	204.709	193.372	161.330
Lucro líquido do exercício	16.863	41.442	35.861	10.965	-	-
Valor do investimento	3.701	3.701	1	1	4.738	4.239

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2017			2016
		Custo corrigido	Depreciação/ Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	7.710	(2.750)	4.960	5.040
Imobilizações em curso	-	372	-	372	1.623
Instalações	10%	2.382	(694)	1.688	1.297
Móveis e equipamentos de uso	10%	2.055	(672)	1.383	988
Sistema de comunicação	10%	173	(44)	129	103
Sistema de processamento de dados	20%	2.005	(1.055)	950	687
Sistema de segurança	10%	479	(136)	343	198
Sistema de transporte	20%	244	(149)	95	144
Intangível (i)		3.924	(1.863)	2.061	1.948
Investimentos Confederação		3.924	(1.863)	2.061	1.948
Total		11.634	(4.613)	7.021	6.988

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2017				2016
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	28.605	-	-	28.605	23.103
Depósitos a prazo	8.751	4.493	109.170	122.414	109.095
Total	37.356	4.493	109.170	151.019	132.198

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2017	2016
Recursos do Crédito Rural	104.217	80.516
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	104.217	80.516
Total circulante	104.217	80.516

Recursos do Crédito Rural	115	217
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	115	217
Total exigível a longo prazo	115	217

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa de até 12% a.a. com vencimentos até 15/11/2019, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2017	2016
Empréstimos no país - outras instituições	3.310	3.022
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	3.310	3.022
Total circulante	3.310	3.022

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de até 0,04% a.m. com vencimento até 22/03/2018.

NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Cheques administrativos	1.761	3.028
Obrigações por convênios oficiais	14	14
Provisão para pagamentos a efetuar	3.074	2.363
Provisão para passivos contingentes (Nota 15)	259	175
Outras Contingências	2	-
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	1.531	1.414
Juros Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (ii)	96	165
Pendências a regularizar	2	148
Operações com cartões	9.448	6.260
Demais fornecedores	450	406
Credores diversos	1.021	619
Total circulante	17.658	14.592

Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (ii)	1.604	1.604
Total exigível a longo prazo	1.604	1.604

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

(ii) As dividas subordinadas elegíveis a capital refere-se a contratos de mútuo com cláusula de subordinação firmados em março de 2013 com vencimento em dezembro de 2021 pela Cooperativa e o Banco Cooperativo Sicredi com o objetivo de alavancar as operações de crédito, possui taxa anual de 158,5% do CDI, pagos semestralmente"

NOTA 15 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2017	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2017
Trabalhista	15	-	-	15
Cível	160	133	(49)	244
Total	175	133	(49)	259

Natureza	Probabilidade de perda	2017	2016
Trabalhista	Provável	15	15
Cível	Provável	244	160
Total		259	175

Em 31 de dezembro de 2017, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 10; R\$ 1.673 e R\$ 16 (2016 - R\$ 0, R\$ 840 e R\$ 325), respectivamente.

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2017	2016
Capital Social	34.716	30.983
Total de associados	17.928	15.643

Em 31 de dezembro de 2017, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 3.733 (2016 – R\$ 4.130), sendo R\$ 3.135 (2016 – R\$ 2.881) via integralização de resultados e R\$ 4.573 (2016 – R\$ 3.735), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 3.975 (2016 – R\$ 2.486).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Terra dos Pinheirais do Paraná e Noroeste Paulista - Sicredi Planalto das Águas PR/SP, efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 6% em 70% em Conta Capital e 30% em Conta Corrente, no montante de R\$ 1.992, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC

c) Destinações

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Terra dos Pinheirais do Paraná e Noroeste Paulista - Sicredi Planalto das Águas PR/SP, destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 70% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

NOTA 17 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2017	2016
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	11.319	9.987
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(4.754)	(4.195)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos Fiscais	-	1
Provisão resgate de milhas cartão	20	1
Provisão PPR	40	25
Receita com atos cooperativos	4.000	3.444
Juros sobre capital próprio	837	608
Outros	(143)	86
Subtotal	4.754	4.165
IRPJ e CSLL registrados no resultado	-	(30)

NOTA 18 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2017	2016
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	997	354
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	123.244	114.744
Outros Créditos - Rendas a receber	430	325
Outros Créditos - Diversos (Nota 07)	1.149	1.284
Investimentos (Nota 09)	8.440	7.941
Intangível (Nota 10)	2.061	1.948
Passivo		
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	104.332	80.733
Obrigações por empréstimos (Nota 13)	3.310	3.022
Outras Obrigações - Diversas (Nota 14)	9.399	6.147
Principal e juros dívida subordinada (Nota 14)	1.700	1.769
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	44	222
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	2.533	1.896
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 20)	12.085	14.004
Despesas		
Operações de Empréstimos e Repasses	7.233	5.554
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	616	519
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 21)	4.522	4.130

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2017	% em relação ao total	2016
Depósitos à vista	41	0,14%	138
Depósitos a prazo	1.261	1,03%	924
Operações de crédito	813	0,39%	783

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2017	2016
Pessoas chave da administração	1.929	1.756

NOTA 19 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2017	2016 (Reapresentado)
Despesa de água, energia e gás	264	249
Despesa de aluguéis	1.473	1.094
Despesa de comunicação	807	661
Despesa de manutenção e conservação	863	648
Despesa de material	248	170
Despesa processamento dados	263	188
Despesa de promoções e relações públicas	1.086	671
Despesa de propaganda e publicidade	208	163
Despesa de seguro	431	313
Despesa de serviços do sistema financeiro	940	882
Despesa de serviços de terceiros	318	335
Despesa de serviços de vigilância e segurança	1.050	958
Despesa de serviços de técnicos especializados	599	535
Despesa de serviços de transpostes	1.461	1.129
Despesa de viagem	262	212
Outras despesas administrativas	2.628	2.583
Total	12.901	10.791

NOTA 20 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2017	2016 (Reapresentado)
Recuperação de encargos e despesas	970	1.282
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	11.705	13.429
Reversão de provisões operacionais	938	2.539
Outras rendas operacionais	469	1.043
Total	14.082	18.293

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 21 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2017	2016 (Reapresentado)
Descontos concedidos em renegociação e crédito	423	394
Contribuição O.C.E.	177	150
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	419	749
Contribuição Confederação Sicredi	2.911	2.145
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	445	364
Contribuição Sureg	-	54
Encargos da administração financeira	66	73
Repasse administradora de Cartões	334	332
Depreciação e amortização (Rateio Confederação)	485	294
Outras provisões operacionais	1.221	2.706
Outras despesas operacionais	1.110	1.149
Total	7.591	8.410

NOTA 22 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Beneficiários de garantias prestadas (i)	44.598	37.916
Coobrigações em cessões de crédito	11	-
Total	44.609	37.916

(i) Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado, o de liquidez, o alocação de capital e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

II - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Limites operacionais que definam a tolerância ao risco de mercado das Entidades do Sistema em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das Entidades do Sistema.

III - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- Estabelecimento de limites operacionais para manutenção de níveis adequados e suficientes de liquidez;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

IV - Alocação de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimo legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada entidade do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI- Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho “Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos”.

NOTA 24 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de

Limites operacionais	2017	2016
Patrimônio de Referência (PR)	77.292	67.443
Nível I (NI)	76.272	66.027
Capital principal - CP	76.272	66.027
Capital social	34.716	30.983
Reservas de capital	40.656	34.127
Lucros acumulados	2.332	1.819
Ajustes Prudenciais	(1.432)	(902)
Nível II (NII)	1.020	1.416
Letras Financeiras e Dividas Subordinadas	1.020	1.416
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	320.519	246.034
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancaria	221	-
Margem de Capital (i)	43.417	35.458
Índice de Basileia (PR / RWA)	24,11%	27,41%
Situação de Imobilização (Imob)	5.590	6.087
Índice de Imobilização (Imob / PR)	7,23%	9,03%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 25 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2017, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Valmir Dzivielevski
Diretor Executivo
CPF: 881.076.719-53

Paulo Diego Breancini
Diretor de Operações
CPF: 057.065.289-85

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20